



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de Sergipe

## ATA DE REUNIÃO

Ata da reunião Ordinária do Comitê de Governança Digital de 11 de maio de 2022.

Em onze de maio de dois mil e vinte dois, por meio de reunião virtual no *Google meet*, às 14 horas, foi realizada reunião ordinária do Comitê de Governança Digital (CGD) com os membros abaixo citados para tratar da pauta: informes, aprovação da ata da reunião anterior, aprovação das mudanças realizadas na Política de Segurança da Informação e Comunicação e aprovação da Política de Gestão de Ativos e Tecnologia da Informação e Comunicação (PGATIC). O professor Andrés saudou os membros presentes e iniciou a reunião falando a respeito do problema técnico ocorrido com os aparelhos de ar-condicionado dentro do Data Center. Foi relatado que um dos equipamentos parou de funcionar, ocasionando a sobrecarga e paralisação dos equipamentos restantes nos dias seguintes. Devido ao grande aumento de temperatura no local houve queda de servidores e alguns serviços foram prejudicados. De forma emergencial, a Infraufs foi acionada e auxiliou de forma rápida na troca de dois ares-condicionados situados na sala ao lado na tentativa de resfriar o ambiente inteiro. Informou também que atualmente o servidor encontra-se estável com os serviços ativos e o ambiente está em uma temperatura constante, mas não a ideal. O professor Andres enfatizou a importância da celeridade da troca e estendeu o agradecimento, além da Infraufs, a Pró-Reitoria de Planejamento pelo auxílio prestado. No entanto, comunicou que a situação gerou uma demanda por uma licitação de caráter emergencial, com o objetivo de contratação de uma empresa de manutenção dos ares-condicionados, pois os mesmos possuem um modelo mais sofisticado e diferente dos comumente utilizados na universidade. Ressaltou que a licitação já estava prevista no rol das necessidades iminentes, e atualmente está em andamento. Dito isto, perguntou se mais alguém tinha algum informe, não havendo nenhuma manifestação, foi passado para o próximo ponto de pauta. A ata da reunião anterior foi colocada para aprovação e, não tendo modificações, foi aprovada. Dando seguimento, foi posto em discussão a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicação, o professor Andres ressaltou que esse era um dos documentos de tecnologia da informação mais importantes. Foi realizado o compartilhamento de tela e o espaço para comentários, dúvidas e sugestões sobre o documento foi aberto. A professora Thais destacou que na reunião anterior havia sido acordada a validação de algumas questões na Política que foram ajustadas e modificadas pelo grupo de trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), informou que foram realizadas reuniões onde alguns pontos foram discutidos e feitos algumas contribuições, sendo validada com o olhar da lei de proteção de dados. Lourdes pediu a palavra e relembrou que o conteúdo do documento foi aprovado, mas a professora Thais havia sugerido que o mesmo passasse por Fred para uma revisão na padronização. Sendo assim, o documento passou por duas equipes diferentes, uma para a padronização e outra pela LGPD para a realização da discussão que a professora Thais tinha citado anteriormente. Informou que não houve mudanças significativas no conteúdo, mas o texto estava um pouco diferente em relação à versão anteriormente repassada. Com isso, as mudanças na Política de Segurança da Informação e Comunicação foram colocadas em votação e todos estiveram de acordo. A Política foi aprovada e como encaminhamento foi solicitado o contato com Fred para a realização da publicação do documento na página da Superintendência de Tecnologia e Informação (STI) e posteriormente na página do CGD. Dando continuidade, foi discutida a aprovação da PGATIC. Lourdes relatou que ao atualizar a Política de Ativos foi tido o entendimento que o descarte fazia



**Serviço Público Federal**  
**Ministério da Educação**  
**Universidade de Federal de Sergipe**

parte de vida do ativo, e desde a última versão trazida ao CGD houve a inclusão do capítulo seis, que orienta sobre o descarte de ativos, que anteriormente era um documento a parte, a Política de Descartes, e agora foi unificado a PGATIC. A respeito do tema, Cesar questionou sobre a abrangência do artigo 12, que diz que usuários com permissão de administrador ficam restritos a servidores da STI, e sabendo-se que algumas pessoas utilizam o sistema Linux e tem o hábito de fazer atualizações regularmente, como seriam realizadas atualizações desses computadores da universidade, uma vez que esses usuários precisam entrar com a senha de administrador para executar o comando de atualização. O professor Andres achou a pergunta muito pertinente e explicou que foi necessário deixar essa recomendação de forma escrita, pois no passado houve problemas com algumas pessoas relacionados à instalação de conjuntos de softwares piratas que poderiam causar grandes problemas gerenciais para a STI, pois, se uma empresa fizesse uma judicialização desses casos, a multa seria gigantesca. Por isso, a preocupação em colocar a administração apenas a servidores da STI. No entanto, existia a possibilidade de abrir exceções. Para o caso do Linux, foi explicado que será necessário a abertura de chamado ou solicitar que a STI faça a instalação de softwares. No caso dos equipamentos com sistema Windows, que estão no AD, a atualização é realizada sem intervenção e para a instalação de programas diversos, também será necessária a abertura de chamados. Marcos Cabral comunicou que o computador que ele estava utilizando na Ouvidoria ainda não tinha AD, embora os demais do setor já estavam utilizando esse serviço. O professor Andres explicou que devido à grande quantidade de computadores por toda a universidade, o AD ainda não tinha sido instalado em todas as máquinas e sugeriu abrir um chamado solicitando a inserção do AD no equipamento. Não tendo mais questionamentos sobre a PGA, o documento foi aprovado para posteriormente ser publicado no site da STI e CGD, assim como relatar a Controladoria-Geral da União sobre o documento e responder os questionamentos que se encontravam pendentes. Marcos Cabral solicitou a palavra para explanar sobre as alterações no Plano de Transformação Digital. Informou que o Ministério da Economia estabeleceu uma carta de serviços comum a todas as Universidades e, para isso, dos sessenta e sete serviços que foram inseridos no portal gov.br anteriormente, agora se fazia necessário a retirada de cinquenta e nove itens e deixar apenas oito, tendo de repactuar uma parte da lista no Plano de Transformação Digital. Comentou que entrou em contato com Fernanda, Coordenadora de Sistema da STI, a respeito da realização de um projeto referente à pesquisa de satisfação e avaliação dos serviços digitais e foi informado sobre a dificuldade momentânea para a contemplação do projeto devido à baixa quantidade de pessoal. Complementou dizendo que teria uma reunião com Estela, responsável pelo Escritório de Processos Organizacionais, para revisar e ajustar tudo que foi solicitado na Portaria. O professor Andres achou pertinente a discussão sobre o assunto e lembrou que a CGD já tinha aprovado anteriormente o Plano de Transformação digital e pactuado junto a Secretaria de Governo Digital (SGD). Confirmou a necessidade de repactuar os serviços e retirar os que não serão mais necessários. Para isso, a planilha deveria ser refeita, serem adicionados os serviços que são pedidos e retirado o restante, e quando isso fosse feito seria marcada uma reunião no CGD para discutir, aprovar as mudanças e assim, enviar a SGD. Após a submissão da planilha, com a nova repactuação, os serviços inclusos deverão ser trabalhados, uma vez que os mesmos não estão em funcionamento. Com isso, enfatizou a relevância em mostrar os serviços dentro do Comitê para ser trabalhado no segundo semestre. A professora Thais pediu desculpas ao Comitê, pois na reunião anterior havia comentado sobre a inclusão do destino da LGPD na universidade como ponto de pauta e acabou não lembrando na hora da inclusão. Por isso, naquele momento, solicitou que fosse colocada em Ata a inclusão do rumo da LGPD como ponto de pauta na reunião seguinte. Como encaminhamento, ficou definido a



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade de Federal de Sergipe**

discussão e aprovação dos serviços de repactuação no Plano de Transformação Digital e os rumos da LGPD como dois pontos de pauta para a reunião seguinte. Por fim, não tendo mais considerações, o professor Andrés agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Membros participantes:**

Abel Smith Menezes - PROAD  
Andres Ignacio Martinez Menendez – STI  
Antonio Martins de Oliveira Junior - POSGRAP  
Brunno Augusto Leite Figueiredo– PROGRAD  
Cesar Augusto Silva – PROEST  
Marcos Cabral de Vasconcelos Barretto- SIC  
Sérgio Sávio Ferreira da Conceição – PROPLAN  
Thais Ettinger Oliveira Salgado - LGPD  
Vinicius Andrade de Jesus – PROGEP

**Convidada:**

Lourdes Leite Cruz Gonçalves - STI